

## Nova lei para atenção integral à mulher gera polêmica

Em vigor desde o dia 29 de abril, a Lei 11.664/2008 trata da atenção integral à saúde da mulher e reforça o que já é estabelecido pelo Sistema Único de Saúde: o direito universal à saúde. Porém, ao estabelecer que o SUS deve garantir a realização de mamografia a todas as mulheres a partir de 40 anos, o texto gerou interpretações diferentes.

O SUS já garante o acesso gratuito à mamografia. O exame, como qualquer outro realizado pela rede de saúde pública ou complementar, depende de indicação médica – o que não foi alterado pela nova legislação. É o profissional de saúde que indica se a paciente deve ou não fazer o exame, de acordo com o histórico familiar, idade ou suspeita de alguma alteração. É preciso esclarecer que há indicações diferentes para a realização de mamografia, ambas dependentes de indicação médica.

Em caso de suspeita, o profissional de saúde pode pedir a mamografia a qualquer momento, independentemente da idade da paciente. O médico também deve recomendar, às pacientes entre 50 e 69 anos, mamografia para rastreamento com intervalo máximo de dois anos. Nesse caso, o objetivo é monitorar as mulheres saudáveis com realização de exames regulares, a fim de diagnosticar precocemente possíveis casos da doença e diminuir a taxa de mortalidade na faixa etária de maior risco e incidência. Estas recomendações são as mesmas aplicadas nos países da União Européia e Canadá, baseadas nas evidências científicas mais atuais.

Em abril, o INCA promoveu o Encontro Internacional sobre Rastreamento de Câncer de Mama, que reuniu alguns dos maiores especialistas do mundo, gestores de todas as esferas de poder, representantes da socie-

dade civil, profissionais da saúde, ONGs e demais instituições ligadas à abordagem deste tipo de câncer. Durante o evento foram amplamente discutidas as recomendações e sua adequação à realidade do sistema de saúde e ao perfil da população brasileira para, a partir daí, elaborar um documento que subsidiará o Ministério da Saúde na regulamentação da lei e na implementação do rastreamento efetivo em todo país.

No encontro, os participantes afinaram o discurso em defesa da implementação de um programa nacional organizado. Foram apresentadas ideias bem-sucedidas na Europa, Estados Unidos, Canadá e Chile. A experiência internacional mostrou a importância de garantir e melhorar constantemente a qualidade em todas as etapas do processo de rastreamento. **I**



O evento promovido pelo INCA contou com a participação de especialistas de vários países



Durante dois dias eles discutiram a implantação de um modelo para rastreamento do câncer de mama